



## **DECLARAÇÃO POLITICA**

- Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Nacional
- Ilustres Membros do Presidium
- Excelência senhor Secretário do Presidente da República para Assuntos Políticos Constitucionais e Parlamentares
- Distintos auxiliares do titular do poder Executivo
- Honoráveis Deputados
- Minhas Senhoras e Meus Senhores;

Mais uma vez, estamos nesta magna casa, para dentre outras matérias procedermos a votação final Global das Propostas: de Lei de bases das carreiras dos militares das Forças Armadas Angolanas, Lei dos Postos e Distintivos Militares das Forças armadas Angolanas e a Lei de Alteração a Lei dos feriados Nacionais, locais e datas de celebração Nacional.

A nossa voz junta-se também à aqueles que propõe a aprovação da proposta de Lei Orgânica da Defesa Nacional, que contém toda filosofia, conceitos e as linhas mestras da organização, composição e funcionamento do sistema de Defesa Nacional. Porque acreditamos que essa Lei ajudaria a expurgar as irregularidades, prevacentes em várias esferas das Forças Armadas Angolanas. Dizia um filósofo antigo “ que as Leis eram as coroas das cidades” para caracterizá-las assim, supomos que elas (Leis) sejam

boas e sérias para servirem os objectivos e interesses dos cidadãos, por isso o pacote legislativo militar é bem-vindo, embora venha tarde.

Na verdade os intuitivos militares apesar de importantes, muitas vezes, nunca foram atribuídos como devia ser. E portanto há muito já se esperava ultrapassar legalmente, as irregularidades sobre a sua atribuição.

Durante o período de guerra a atribuição era feita com base na dedicação, coragem, bravura ou seja desempenho de cada militar. Entretanto terminada a guerra, foram distinguidos alguns indivíduos que não têm nenhum mérito nem carreira. Dizia um renomado Oficial General no seu discurso numa cerimónia de patenteamento. Cito “aqui ninguém questiona nada, cada um têm a sua história”. Fim de citação.

Em abono da verdade, a citação revela que foram patenteados muitos sem história, ainda que, tendo cada um a sua história, há sempre alguém que conhece a história do outro. Tanto é que, a inexistência de uma Lei que regulasse os postos existentes, em função das patentes, privilegiou a conveniência, que criou a arbitrariedade de haver nas Forças armadas oficiais superiores com postos ou funções relativamente inferiores aos dos subalternos.

Preocupa-nos também a inserção dos antigos Combatentes, da luta pela libertação Nacional e pela Defesa da Pátria, na caixa social das Forças Armadas, que até aqui, só conhece a cor política, a inserção em causa nunca teve em consideração a filiação partidária, a militância Política ou a independência Política dos combatentes, a data dos actos de luta pela libertação ou Defesa da Pátria. Entretanto têm sempre em conta a simpatia Política, a data do pedido de inscrição para inserção, de formas que muitos dos nossos compatriotas que com coragem e abnegação participaram, da luta, deram o seu contributo, tanto na libertação Nacional como na Defesa

da Pátria, nas trincheiras dos guerrilheiros do MPLA ou nas fileiras das FAPLA, perseguindo o mesmo objectivo com os seus colegas, estão entregues ao abandono. Tudo porque militam em outros Partidos políticos nomeadamente no P.R.S., Alguns desprovidos de qualquer documento que os possa identificar, para dar qualquer passo em frente, estão no anonimato e no esquecimento, outros ainda inscrevem-se várias vezes sem verem porém, os seus nomes contemplados em algum sistema, a frustração e desespero tomou conta deles. Desapontados perderam a esperança. Pura injustiça, discriminação total, exclusão completa.

Como construir uma Nação nessas condições.

Minhas senhoras e Meus Senhores,

Honoráveis Deputados

Angola espera com ânsia e o PRS com fé que essas Leis, sejam o prelúdio da criação de condições, para pôr fim a conveniência Política e a anarquia, de modo que nenhum angolano se arrependa, e cultive o sentimento de culpa por ter participado na luta pela independência Nacional ou na defesa da soberania da Pátria.

É na acção governamental, nas garantias oferecidas pelo poder, na implementação das Leis com insenção e imparcialidade, na integração e inclusão de todos os angolanos, na aceitação da diferença, como contribuição para o desenvolvimento do País, no respeito dos direitos dos angolanos, mesmo os que estiveram em lados antagónicos, que podemos avaliar e sentir o desejo da probabilidade, de se construir uma Nação, almejado por todos os angolanos.

Relativamente a proposta de Lei de alteração a Lei dos feriados Nacionais, Locais e datas de celebração, estamos de acordo, que haja alterações, no



entanto é a terceira alteração que se faz em aproximadamente 14 anos, isso também prova que não existem consensos sobre as datas.

Os feriados Nacionais devem ser aqueles que reúnam consenso e promovam a reconciliação Nacional, reforçam o sentido de Patriotismo e enalteçam os valores da Paz da liberdade e democracia entre angolanos. Não podem ser aqueles que promovem a desunião e ferem o sentido de união e solidariedade de um povo. Face a dificuldade política de criar consensos, para que não se venha a remover sistematicamente, feriados para dias de celebração Nacional ou inverso, o P.R.S. Propõe a criação de uma comissão científica multidisciplinar e interdependente, afim de proceder a um levantamento de factos históricos isentos e imparciais, sobre as datas não consensuais, para que tenhamos celebrações e feriados que envolvam todos os angolanos.

MUITO OBRIGADO.

REPRESENTAÇÃO PARLAMENTAR DO PRS, EM LUANDA AOS 20  
DE JULHO DE 2018.